

**ELE NÃO VAI MUDAR: UM ESTUDO SOBRE A PERMANÊNCIA DE MULHERES
EM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS**
***IT WILL NOT CHANGE: A STUDY ON WOMEN'S PERMANENCE IN ABUSIVE
RELATIONSHIPS***

Danielle Garcia Zambon - *Graduanda de psicologia*
daniellezambon59@hotmail.com

Lais Daher Tristão - *Graduanda de psicologia*
lais_daher@hotmail.com

Thainá Aparecida da Silva Santos Mattos- *Graduanda de psicologia*
thainaap6@gmail.com

Prof. Orientadora Ana Elisa Barbosa de Carvalho Fernandes – *UniSALESIANO Lins*
– psicologia@unisalesiano.edu.br

RESUMO

Conceitua-se violência doméstica por acontecer dentro do lar e o agressor ser na maioria das vezes alguém que mantém uma relação de intimidade com a vítima. Relacionamento abusivo é o que ultrapassa os limites do que se constitui como saudável, envolvendo violências principalmente de natureza sexual, psicológica e física. Nas relações abusivas o poder é a via utilizada a fim de atingir um objetivo, onde a dominação também se dá na exigência do sentimento, da atenção, das emoções e vontades do outro. A violência doméstica contra mulher gera repercussões significativas à saúde física, social, cognitiva, moral, emocional e afetiva, variando em sua intensidade e expressão, podendo levar à depressão, estresse pós-traumático, transtornos de ansiedade, dificuldades de sono, transtornos alimentares e tentativas de suicídio. Este artigo apresenta um horizonte de visões e ideias diferentes sobre o motivo no qual as mulheres permanecem em relacionamentos abusivos, oferecendo à sociedade como um todo, um maior entendimento sobre o assunto. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa. Participaram 12 mulheres que responderam um questionário e entrevista individual. Para o tratamento dos dados foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin. Foram levantados temas como: mobilização interna, grupos de referência, condição, agressores e terapia. Conclui-se que a permanência da mulher em um relacionamento abusivo acontece por diferentes fatores externos e internos, tais como : medo do parceiro e de estar sozinha, filhos, dependência financeira, falta de apoio familiar, desinformação.

Palavras-chave: Violência. Mulher. Relacionamento Abusivo.

ABSTRACT

It is understood as domestic violence for occurring at home and the aggressor being someone who maintains a relationship of intimacy with the victim most times. An abusive relationship is one that goes beyond the limits of what is conceived as healthy, mainly including violence of, sexual, psychological and physical nature. In abusive relations, power is the mean used to serve a goal, where domination also comes with a requirement for feelings, attention, emotions and will of the other. Domestic violence

against women generates significantly bad outcomes to the physical health, social, cognitive, moral, emotional and affective, varying in its intensity and expression, possibly leading to depression, post-traumatic stress, anxiety and sleep disorder, eating disorder, and attempts to suicide. This article presents a horizon of different views and ideas on why women remain in abusive relationships, giving society a whole greater understanding of the subject. It is a research of, qualitative and quantitative approach. Participated 12 women who answered a questionnaire and individual interview. For data treatment, Bardin's content analysis was used. Subjects such as internal mobilization, reference groups, condition, aggressors and therapy were raised. It is concluded that women's permanency in an abusive relationship happens due to different external and internal factors, such as: fear of partner and being alone, children, financial dependence, lack of family support, misinformation.

Keywords: Violence . Woman . Abusive Relationship

INTRODUÇÃO

Conceitua-se violência doméstica por acontecer dentro do lar e o agressor ser na maioria das vezes alguém que mantém uma relação de intimidade com a vítima. Independentemente de como é caracterizado, o abuso provoca graves danos significativos à estrutura emocional da mulher, desde a percepção sobre si mesma até suas relações com o meio social.

De acordo com Tribunal de Justiça – MS (2017), 43 mil mulheres foram assassinadas em um período de 10 anos, caracterizando 41% agressões provindas do contexto privado, ou seja, o lar. Bem como, a cada 2 minutos ocorre 5 espancamentos, 1 estupro a cada 11 minutos, 1 feminicídio a cada 90 minutos e, 179 espancamentos relatados por dia.

Segundo Fonseca e Lucas (2006), toda violência contra mulher é fundamentada em questões de gênero e este fenômeno implica em ações que cause danos de cunho físico, psicológico ou sexual, incluindo ameaças, coerções, controle da vida privada e pública, ou privação arbitrária da liberdade.

As formas de violência podem levar à depressão, estresse pós-traumático e outros transtornos de ansiedade, dificuldades de sono, transtornos alimentares e tentativas de suicídio. Além dos custos sociais e econômicos da violência por parte do parceiro e da violência sexual são enormes e repercutem em toda a sociedade. As mulheres podem sofrer isolamento, incapacidade de trabalhar, perda de salário, falta de participação em atividades regulares e capacidade limitada de cuidar de si mesmas e de seus filhos. (OPAS BRASIL, 2017).

A pesquisa tem como objetivos compreender o processo de decisão da mulher em permanecer em um relacionamento abusivo, assim como identificar as crenças das mulheres em relação ao controle do comportamento do agressor.

Por que as mulheres permanecem em relacionamentos abusivos?

A socialização feminina coloca para a mulher que a sua felicidade e completude só será alcançada através de um relacionamento duradouro e permanente. Por esse motivo, a mulher se torna mais resistente em um relacionamento, ainda que haja episódios de violência.

O rompimento de uma relação violenta pode durar anos, considerando que muitas mulheres podem continuar com seus companheiros devido à dependência

financeira, ao medo de morrer, já que sofrem ameaças, à espera pela mudança do comportamento do companheiro, à vergonha de assumir o fracasso do relacionamento ou à dependência emocional. (SOARES, 2005 apud GOMES, 2018, p.3).

1 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO PAPEL DA MULHER NA FAMÍLIA E NA SOCIEDADE ITENS DO DESENVOLVIMENTO

Nos primórdios da existência do nosso país, desde a colonização do Brasil, foi atribuído funções degradantes, e até desumanas ao papel da mulher brasileira, sendo muitas vezes marginalizadas, reduzidas a objetos de submissão e domínio.

A educação da mulher principalmente no quesito cultural era considerada desnecessária, onde sua função era confinar-se no espaço familiar, sendo preparada para a educação dos filhos e a dedicação exclusiva às tarefas domésticas, facilitando assim a imposição do domínio masculino.

Culturalmente estabelecido um papel feminino é o da mulher como esposa. Da antiguidade à idade média, os casamentos eram realizados sem o consentimento da mulher, tendo a união como um contrato entre o pai da noiva e a família do homem. Em relação ao casamento, a esterilidade era motivo de repúdio e o adultério tinha como consequências o abandono ou até a morte da mulher.

Surge um novo discurso filosófico sobre a mulher permeado pelo direito, a igualdade e a busca da emancipação, principalmente com a invenção do feminismo. Muitas mulheres buscaram integrar-se a acontecimentos históricos importantes, ultrapassando o espaço doméstico e rompendo com o que tolhia suas iniciativas. Segundo Ferreira (2014) a partir de lutas íntimas as mulheres iniciam um questionamento quanto à realidade social, criando os primeiros movimentos feministas, marcados por uma grande diversidade de reivindicações.

A emancipação feminina assim como a revolução da sexualidade teve um papel fundamental nas mudanças da sociedade desde o casamento, amor até a sexualidade. A participação efetiva das mulheres no comércio, em serviços públicos, ou em escritórios, contribuiu para o aumento de oportunidades de emprego. A demanda que provocou mudança no contexto social da mulher e exigiu uma maior escolaridade feminina.

Segundo Rodrigues (2007), graças ao desenvolvimento econômico da década de cinquenta, houve um aumento significativo do nível de escolaridade feminina. Pelo menos em relação ao acesso das mulheres à educação formal, e às áreas antes reservadas aos homens, diminuíram-se as distâncias.

2 RELACIONAMENTO ABUSIVO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Relacionamento abusivo é o que ultrapassa os limites do que se constitui como “sadio”, envolvendo violências principalmente de natureza sexual, psicológica e física.

Nas relações abusivas o poder é a via utilizada a fim de atingir um objetivo. A dominação também se dá na exigência do sentimento, da atenção, das emoções e vontades do outro. Na relação dominador-dominado o poder sobre a parceira é um modo de controle da situação de abuso, tendo os jogos de força como ferramenta para tal.

Segundo Araújo (2008) a ideologia de gênero é um dos principais fatores que levam as mulheres a permanecerem em uma relação abusiva. Muitas delas

internalizam a dominação masculina como algo natural e não conseguem romper com a situação de violência e opressão em que vivem. Através dos meios de comunicação a romantização desse tipo de relacionamento é comum, sendo uma maneira de transformar uma realidade violenta e problemática em romance, tornando-o poético e desejável.

O abuso comporta um ciclo, tendo como semelhança algumas fases que envolvem o comportamento do abusador. Inicialmente a fase da proximidade, romantismo e promessas, seguido pela etapa onde situações irrelevantes causam grandes consequências, ocasionando as brigas e os abusos nas mais variadas formas. O ciclo se reinicia, repetindo-se inúmeras vezes até o abusado buscar apoio e quebrar esse ciclo. (OLIVEIRA et al., 2016).

Qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual, psicológico ou sofrimento para a mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorra em público ou na vida privada. (DAY et al., 2003, p. 12).

A violência doméstica contra a mulher pode causar diversas consequências negativas. As agressões causam danos físicos e emocionais, afetam o bem-estar de seus filhos e até a conjuntura econômica e social. Algumas dessas consequências físicas são: lesões, obesidade, síndrome de dor crônica, distúrbios gastrintestinais e ginecológicos, fibromialgia, fumo, invalidez, aborto espontâneo, morte.

Porém muitas vezes, as sequelas psicológicas podem ser ainda mais graves que seus efeitos físicos, pois a experiência da violência destrói a autoestima da mulher, expondo-a a um risco mais elevado de sofrer problemas mentais, como fobia, depressão, estresse pós-traumático, tentativa ao suicídio e consumo abusivo de álcool e drogas.

No dia 07 de agosto de 2006 entrou em vigor a lei 11.340, denominada Lei Maria da Penha. Esta lei é voltada à erradicação da violência contra a mulher. A Lei nº 11.340/2006 criou mecanismos para prevenir e punir tipos de violência contra a mulher, além de assimilar a violência doméstica como uma das formas de violação dos direitos humanos. Sua entrada em vigor alterou o Código Penal, possibilitando que agressores sejam presos em flagrante, ou tenham sua prisão preventiva decretada, quando ameaçarem a integridade física da mulher. O código penal instituiu, ainda, medidas de proteção para a mulher que corre risco de vida, como o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de que chegue perto da mulher e dos filhos. (SANTOS, 2010).

Importante destacar que atualmente, devido às alterações na lei, e devido às legislações, a aplicação da Lei Maria da Penha não se restringe apenas às mulheres, ao gênero e à relação de “esposa” “companheira”. É aplicável ao transexual, a qualquer “mulher” que se encontra em fragilidade em relação ao agressor em ambiente doméstico, familiar, inclusive se a relação já não existir mais. (SANTOS, 2010).

3 PESQUISA

O projeto foi submetido na Plataforma Brasil atendendo a resolução 466 do Ministério da saúde e aprovado pelo comitê de Ética e Pesquisa tendo como parecer nº 3.353.674.

Realizou-se uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com o qual objetivou verificar a permanência da mulher em um relacionamento abusivo. A coleta de dados ocorreu através de uma entrevista estruturada e de um questionário com perguntas

objetivas, denominado Escala de Atitudes para Mulheres sobre a Permanência em Relacionamentos Abusivos (AMPRA). As intervenções ocorreram no Serviço de Psicologia do Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium* (UniSALESIANO) de Lins/SP.

Participaram da pesquisa 12 mulheres adultas com idade entre 18 a 70 anos de idade que sofreram ou sofrem algum tipo de violência doméstica por parte dos parceiros e terceiros. Para o resguardo da identidade, as participantes foram nomeadas com nomes fictícios de mulheres que marcaram épocas com sua história, tornando-se sinônimo de empoderamento.

Não puderam participar da pesquisa mulheres que não foram complacentes com o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), se recusando a assinar o mesmo.

Os dados foram analisados em dois momentos distintos: primeiro foram analisadas as informações contidas nas entrevistas, utilizando a análise de conteúdo de Bardin. Após este, ocorreu uma análise estatística do questionário aplicado, utilizando como base a tendência central, sendo estes demonstrados em forma de tabela e gráficos.

Abaixo encontra-se a análise de conteúdo de Bardin com suas respectivas categorizações e fundamentação teórica a respeito das entrevistas realizadas:

(a) Mobilização interna

De acordo com as entrevistas realizadas, a dor é uma característica muito forte em um relacionamento abusivo: Anne Frank: “*Eu acho que vem muito dor assim. Quando eu lembro do relacionamento que eu vivi eu lembro de sentimentos muito dolorosos.*”

A não compreensão masculina por parte de suas atitudes fazem com que a mulher se sinta estressada, aumentando seus problemas. Desta maneira, ocasiona sofrimento significativo, propiciando depressão, síndrome do pânico, transtorno bipolar, ansiedade. A sobrecarga proporciona uma série de prejuízos à saúde física e mental da vítima de violência. (LEITE; NORONHA, 2015)

De acordo com as entrevistas, o medo de falar coisas ou ficar sozinha caracteriza as falas de duas participantes: Maria Lenk: “...*eu era coagida a algumas situações, e eu tinha medo de fazer, medo de falar coisas, medo de alguns lugares...*”;

O medo deixa a vítima acuada, impede que a mesma modifique suas ações, reduz a possibilidade de plasticidade, acovarda, fragiliza, e coloca a mulher em uma situação de dependência e submissão ao outro. (HANNAH ARENDT, 1989 apud CUNHA; SOUSA, 2017)

Ter sentimentos pelo agressor favorecem a permanência do relacionamento abusivo segundo as entrevistadas: Irena Sendler: “*Acho que quando a gente gosta muito, as vezes a gente acaba levando.*.”;

A mulher submetida à violência vivencia um constante medo, esperança e amor. O medo ocasionado pelas experiências de violência já vividas e repetitivas, e pelo sentimento existente com o agressor que faz com que a mesma permaneça neste relacionamento com a esperança de que o seu companheiro mude. (LEITE; NORONHA, 2015)

(b) Terapia

A terapia foi citada como uma forma de auxílio à demanda do abuso, onde a mulher por meio dessa consegue desenvolver resistência, e enfrentar a situação, buscando se libertar do abuso: Maria Lenk: “*e eu tive ajuda psicológica, eu fiquei um ano antes, toda semana eu trabalhava com uma psicóloga pra ela... no dia que eu entrei ela já sabia que não ia ter mais volta...*”

A mulher que vive em situação de violência necessita de uma ajuda externa que a auxilie a criar mecanismos para mudar sua realidade e superar as sequelas deixadas pelo processo de coerção que fora submetida. (HIRIGOYEN, 2006 apud MONTEIRO, 2012).

Psicólogos, assistentes sociais e grupos de apoio a mulher em algumas respostas aparecem como referências de pessoas que desaprovam a permanência no relacionamento abusivo: Frida Kahlo: “*Grupos como psicólogos, grupos que trabalham com violência contra mulher e com relacionamentos abusivos em geral.*”

O psicólogo para realizar esse tipo de atendimento, deverá primeiramente criar um vínculo terapêutico com a vítima, fazendo com que ela se sinta num ambiente seguro e confiável, pois, somente desta forma, ela conseguirá compartilhar as experiências vividas que lhe causaram sofrimento. (MONTEIRO, 2012).

(c) Grupos de referência

De acordo com as questões respondidas, algumas famílias não se envolvem em situações de violência mesmo discordando, nem proporciona o apoio devido, bem como acaba influenciando na permanência do relacionamento abusivo, assim: *Isabel I: “A família, normalmente é a que mais pede pra você tentar, pra você ficar, sempre.”;*

Amelia Earhart: “porque na verdade, a minha mãe dizia assim “ruim com ele, pior sem ele”.

As mulheres continuam em relacionamentos abusivos com os companheiros agressores em função de medo, insegurança, bem como, pressão familiar, pois esta, que não possui conhecimento específico sobre os mais variados tipos de violência acabam por incentivar as vítimas a permanecerem neste tipo de relação. (CUNHA; SOUSA, 2017)

As pessoas próximas, os amigos, indivíduos que querem o bem da mulher, são grupos que aparecem nas falas das entrevistadas: Zuzu Angel: “*Acho que mais os familiares, pessoas que estão próximas, os amigos, as pessoas que estão mais perto, mais as mulheres né.*”

A distância das pessoas do convívio por motivos do relacionamento abusivo, ocasionando isolamento e solidão são fatores que são marcantes neste tipo de relação, pois ações que propiciam o afastamento da vítima de seu seio familiar, e de seu grupo social faz com que a mesma se sinta sozinha, assim, continua nesta relação abusiva. (TRINDADE, 2016)

Os filhos são um dos fatores da permanência da mulher em um relacionamento abusivo: *Isabel I: “Acho que filhos, são os fatores que mais te faz ficar, acho que só mesmo nesse caso é.”;*

Cora Coralina: “Permanecem para criar os filhos.”;

Devido a um processo histórico-cultural, as famílias não apoiavam e nem admitiam a separação do marido, considerando uma vergonha a mesma. Com isso, condenava as mulheres a se submeterem a conviver com agressões físicas e psicológicas. Ainda hoje há raízes sobre este tipo de comportamento, fazendo com que as mulheres continuem em um relacionamento abusivo em função de ser vergonhoso, ainda mais, quando se trata de ter filhos, e as famílias utilizam disso como justificativa para a permanência. (LEITE E NORONHA, 2015)

Os dogmas ou doutrinas religiosas na maioria das respostas aparecerem como grupos que apoiam a permanência no casamento independente do abuso: Brenda Chapman: “*A igreja por exemplo, a igreja prega a união de casais, no caso se nesse relacionamento abusivo não ocorreu uma traição não é motivo de separação para a igreja.*”

Cora Coralina: “a igreja muitas vezes quer manter o casamento, né.”;

A religião influência de maneira direta nas mulheres que sofrem relacionamento abusivo, pois mulheres mais religiosas têm uma menor probabilidade de tomar atitudes que confronte os ideais religiosos. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA E MEDICINA COMPORTAMENTAL, 2018).

De acordo com as entrevistas, a sociedade com relação a mulher caracteriza uma problemática, pois interfere de maneira significativa no que diz respeito ao que se espera da mesma: Anne Frank: “*Primeiro eu acho que a questão cultural é muito forte na sociedade, e as mulheres ainda são vistas como frágeis, e quando elas estão com um cara que dizem o que elas tem que fazer parece que elas se sentem mais seguras, no meu caso era assim, eu achava que era certo, entendeu?!*”;

A consequência da violência está diretamente ligada ao aspecto cultural de nossa sociedade machista e patriarcal, onde, culturalmente, há a determinação que o homem deve exercer domínio sobre a mulher, através da força física ou psicológica. (RITT; CAGLIARI; COSTA, 2009).

(d) Condição

A submissão foi utilizada pelas entrevistadas para referir a sujeição e obediência a regras do parceiro, assim como perder o domínio sobre as próprias ações, tornando-se subordinada a vontade do outro:

Cora Coralina: “*Não importa o que você quer, o que você pensa, o que importa é a opinião e o querer do seu parceiro.*”; “você se anula, acaba anulando a sua vida, e vive pelos outros, né.”

Com as falas pode-se notar que as mulheres deixam de fazer algo que gostam ou que faziam antes, para satisfazer o outro, ou seja, tendo isto como um ato submissivo: Maria Lenk: “*Ter que ficar em lugares que eu não quero, agir como eu não quero, manter coisas que eu não queria manter... essas coisas, ser obrigada a agir como eu não quero agir.*”

Os padrões comportamentais instituídos fazem com que os modelos a serem seguidos por homens e mulheres sejam seguidos à risca, assim, a sociedade dita que o masculino um papel paternalista, com o qual a mulher deve ser submissa a este. Desta maneira as mulheres recebem uma educação diferenciada, pois as mesmas precisam ser controladas, submetidas, limitadas em suas aspirações e desejos. (RITT; CAGLIARI; COSTA, 2009)

Através das entrevistas foi possível verificar que as mulheres permaneciam em um relacionamento abusivo em função de dependência financeira e emocional: Balkissa Chaibou: “(...) *ai você gosta da pessoa e você submete a isso porque você depende financeiramente da pessoa, você tem criança pequena em casa pra cuidar, então tem uma série de fatores que acabam aceitando um relacionamento assim...*”

A mulher que estabelece uma relação de dependência poderosa com o homem, delega a sua proteção, seus esforços e seus valores ao mesmo. (KEHL, 2008 apud TEIXEIRA, 2011).

(e) Agressores

A violência em diversos contextos como física, psicológica, sexual, porém de forma predominante em todos os casos: Frida Kahlo: “*Bom, relacionamento abusivo é todo aquele relacionamento baseado em algum tipo de violência, seja ela psicológica, moral, verbal, física, sexual. É que as pessoas esquecem que a violência verbal e psicológica também são formas de abuso.*”

De acordo com as violências baseadas no gênero, a violência física caracteriza ações ou omissões que coloque risco ou cause prejuízo a integridade física da mulher; violência de caráter psicológico trata-se de qualquer ação que vise degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças, decisões por meio de ameaças,

intimidação, humilhação, manipulação, isolamento ou qualquer conduta que cause danos à saúde psicológica, autodeterminação e desenvolvimento pessoal; violência sexual dispõe de toda conduta que que implique forçar a vítima presenciar, manter ou participar de relações sexuais não desejadas, sem seu consentimento. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA – MS, 2017)

Os jogos de poder são características dos abusadores. A posse do outro, a dominação da vontade, corpo, pensamentos e emoções, torna a mulher refém: Zuzu Angel: “É quando a pessoa quer ter você como uma posse dela.”

Reiniciando assim o ciclo, que vai do espancamento, ao arrependimento e o pedido de perdão do agressor. De forma geral, após a agressão, o parceiro se torna mais afetivo, o que faz com que a mulher se submeta ao agressor. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA E MEDICINA COMPORTAMENTAL, 2018)

As participantes caracterizaram o relacionamento abusivo como um ciclo, tendo altos e baixos em curto prazo: Leila Diniz: “também acho que é um ciclo, né, tipo, tem a parte da agressão e a parte romântica, né, acho que isso é uma característica bem presente no relacionamento abusivo.”;

As entrevistas indicam que as mulheres carregam com nitidez a perda da identidade, diminuição da autoestima, desvalorização, anulação em função do outro, a degradação da vida física, mental e social.

Ao ser analisado os questionários respondidos, pôde-se ter a amplitude de como as mulheres permanecem em um relacionamento abusivo, bem como as variáveis que influenciam diretamente para este feito.

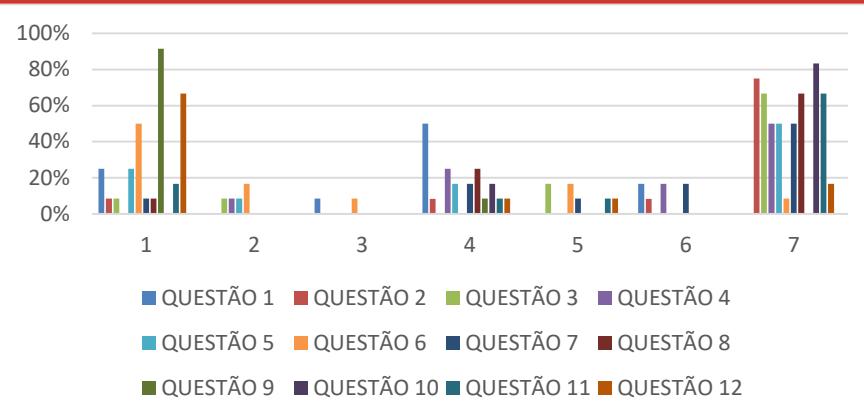
Totalizaram 12 participantes que responderam os questionários aplicado, e este continha 57 questões sobre relacionamento abusivo, e o nível de quanto as mesmas discordavam ou concordavam em uma escala de 1 a 7.

Tabela 1: Valores da Escala de Atitudes para Mulheres sobre a Permanência em Relacionamentos Abusivos de acordo com as respostas das participantes

PARTICIPANTES	Níveis de respostas							TOTAL	
	Discordo		Concordo						
	Totalmente	Completamente	5	6	7				
	1	2	3	4	5	6	7		
Maria Lenk	13	4	9	6	7	4	22	65	
Leila Diniz	17	1	4	5	2	9	27	65	
Zuzu Angel	22	1	1	3	0	0	38	65	
Irena Sendler	20	2	3	8	3	4	25	65	
Balkissa Chaibou	3	6	2	10	10	12	22	65	
Brenda Chapman	7	8	9	12	8	4	17	65	
Amelia Earhart	19	0	2	9	2	1	32	65	
Evita Péron	2	0	19	0	11	9	24	65	
Cora Coralina	27	0	0	2	0	0	36	65	
Frida Kahlo	19	5	1	11	7	0	22	65	
Anne Frank	15	4	4	1	3	0	38	65	
Isabel I	24	2	6	5	6	1	21	65	
TOTAL	188	33	60	72	59	44	324	780	

Fonte: autores, 2019.

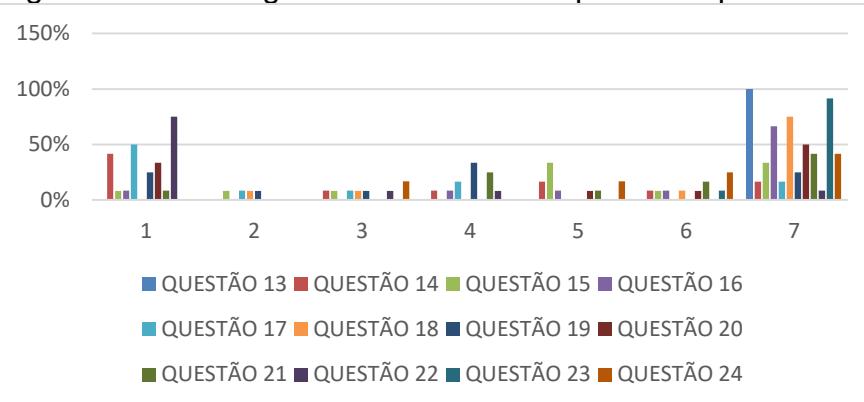
Figura 2: Porcentagem do nível de resposta das questões de 1 a 12.



Fonte: autores, 2019.

Pôde-se observar na Figura 2 que a questão de número 9 foi a mais respondida no nível 1, com mais de 90%, bem como a questão de número 10, demarcando mais de 80% no nível 7 da escala do questionário.

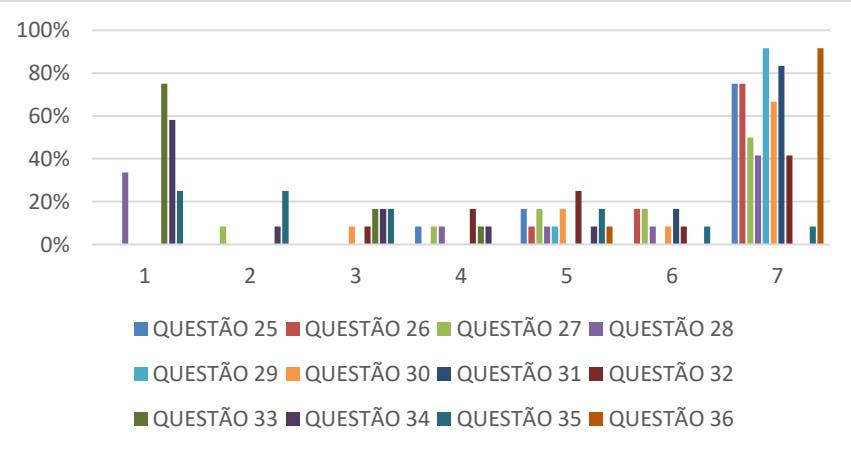
Figura 3: Porcentagem dos níveis de resposta da questão 13 a 24



Fonte: autores, 2019.

Observa-se que na Figura 3 no nível 7 está concentrado os maiores percentuais de respostas, bem como, no nível 2 há a menor porcentagem de questões respondidas, embora os níveis 3, 4, 5 e 6 também se encontram inferiores se comparados ao nível 1 e 7.

Figura 4: Porcentagem dos níveis de resposta das questões 25 a 36

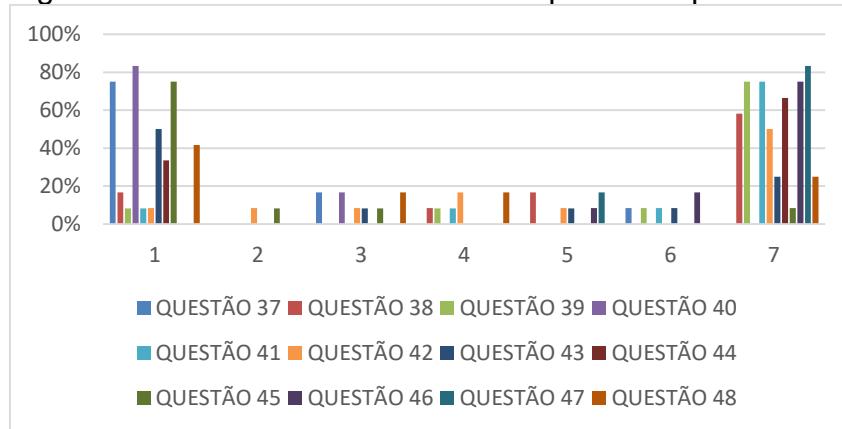


Fonte: autores, 2019.

As cores inexistentes para cada nível de resposta representadas na Figura 4,

caracteriza 0% das questões respondidas. Verifica-se novamente que as questões no nível 7 representa os maiores percentuais, porém, evidencia extremos de resposta no que diz respeito a discordar totalmente e concordar completamente, ficando concentrado os maiores valores nos níveis 1 e 7 da escala.

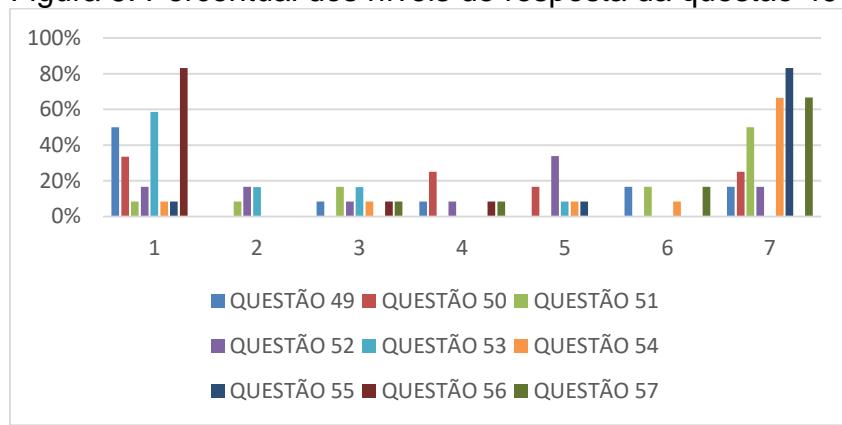
Figura 5: Percentual dos níveis de resposta da questão 37 a 48



Fonte: autores, 2019.

Novamente há uma concentração dos maiores percentuais entre os polos de número 1 e 7, demonstrando que os níveis de discordância e concordância com as questões respondidas encontram-se melhores distribuídas a respeito das opiniões das participantes.

Figura 6: Percentual dos níveis de resposta da questão 49 a 57



Fonte: autores, 2019.

Verifica-se que os níveis 2 e 6 são os mais baixos presentes na figura acima, demarcando a inexistência de questões que foram respondidas, ou seja, os níveis em questão encontram-se com 0%. O que indica maior concentração de respostas nos níveis 1 e 7, como a questão 56 (nível 1) e 55 (nível 7) com mais de 80%.

Através do questionário foi possível identificar que as interferências familiares e de agentes externos são muito fortes para as participantes, e que estes influenciam de maneira direta na permanência das relações, bem como, o questionário aponta determinados “achismos” acerca dos relacionamentos vivenciados pelas vítimas que fazem com que as mesmas continuem em um relacionamento abusivo.

A sociedade, religião, as pessoas que são importantes para as participantes do questionário, como também indivíduos com pouca proximidade tem peso significante quando se trata das envolvidas tomarem a atitude de estarem solteiras com filhos,

deixarem seus respectivos maridos para viverem sozinhas, quando diz respeito a sair de uma relacionamento com o qual sofre violência, pois a própria religião empurra a mulher para um lar com um marido agressivo, e pelos próprios preconceitos que a mulher sofre na sociedade fazem com que mesma permaneça em um relacionamento abusivo, não vislumbrando uma saída emergente para a mesma.

E isto pode ser visto na tabela abaixo, com o qual contém a opinião das participantes que dão pouco ou muita importância para as opiniões destes agentes externos que influenciam de maneira direta na permanência do relacionamento abusivo.

Tabela 2: Nível de importância das participantes com opinião externa

PERGUNTAS	Níveis de respostas						
	MUITO			POUCO			
	1	2	3	4	5	6	7
QUESTÃO 58	4	1	6	1	0	0	0
QUESTÃO 59	4	0	4	2	2	0	0
QUESTÃO 60	0	3	2	2	3	0	2
QUESTÃO 61	2	2	6	1	0	0	1
QUESTÃO 62	1	0	0	5	1	1	4
QUESTÃO 63	3	1	2	3	2	0	1
QUESTÃO 64	0	4	2	2	0	2	2
QUESTÃO 65	6	2	3	1	0	0	0
TOTAL	20	13	25	17	8	3	10

Fonte: autores, 2019..

É possível verificar que as atribuições de importância são bem altas, pois há uma concentração dos dados nos níveis 1, 2 e 3 (muito). Se esses valores são comparados com os níveis 5 6 e 7 (pouco), pode-se constatar a hipótese anteriormente levantada sobre a permanência em um relacionamento abusivo se dá em grande porcentagem através da família, sociedade e religião.

Através destes dados é possível perceber o quanto a desinformação rodeia este assunto, pois os “achismos” são um dos fatores que fazem com que as mulheres continuem em relacionamentos disfuncionais, o que torna preocupante estão questões, levando assim, a necessidade de criação de propostas com programas que visem um maior conhecimento a respeito deste assunto para que as mesmas possam ressignificar seus conceitos, bem como procurar ajuda e informação em locais adequados e profissionais capacitados, pois se as mesmas recorrem e justificam com conceitos e achismos próprios e continuam nessa esfera desinformacional, bem como permitem as opiniões alheias provindas da sociedade, família e religião interferirem em suas respectivas ações, não promovem um novo olhar a respeito da situação disfuncional vivida, levando a permanência nessas relações que geram significativos sofrimentos.

CONCLUSÃO

Este artigo tratou da permanência das mulheres em relacionamentos abusivos, realizando algumas reflexões que fundamentam as inquietações levantadas partindo da temática proposta.

Segundo a perspectiva histórica, culturalmente impregnada na sociedade conduz a uma explicação possível para articulações sobre a intensidade das situações onde a mulher é vítima, e a pesquisa realizada cujo os resultados foram levantados temas como: mobilização interna, grupos de referência, condição, agressores e

terapia. Concluiu-se que a permanência da mulher em relação ao abuso acontece por diferentes fatores externos e internos que viabilizam a situação, tais como: medo do parceiro e de estar sozinha, filhos, dependência financeira, falta de apoio familiar, desinformação.

Os dados quantitativos também apontam que a permanência da mulher em um relacionamento abusivo se dá em grande parte em função de erros conceituais que as mesmas têm a respeito deste assunto, bem como da influência dos familiares, religião, sociedade. Sendo contatado e demonstrado de acordo com a figura 7, com o qual indica índices muito altos a respeito da opinião dos agentes externos na vida das participantes.

Contudo, torna-se necessário um maior aprofundamento na discussão sobre os relacionamentos abusivos e a violência contra a mulher, e como opera na dinâmica da sociedade, sendo necessário haver uma ressignificação de como são vistos os relacionamentos, a naturalização do abuso, o sexo feminino como menos capaz, e o machismo na educação das crianças, só assim haverá uma desconstrução perante o todo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, M. F. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. Psicol. Am. Lat., México, n. 14, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 Jul. 2019

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA E MEDICINA COMPORTAMENTAL (ABPMC). Permanência das mulheres em relacionamentos abusivos: uma análise funcional. 2018. Disponível em: <https://boletimcontexto.wordpress.com/2018/08/24/artigo-permanencia-das-mulheres-em-relacionamentos-abusivos-uma-analise-funcional/>. Acesso em: 11 mai. 2019.

CASTILHO, H. N. V. Lei Maria da Penha e a atuação do psicólogo jurídico. Jus, 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/67110/lei-maria-da-penha-e-a-atuacao-do-psicologo-juridico> Acessado em: 03 Agos. 2019.

Conselho Federal de Psicologia. As mulheres, a psicologia e os direitos humanos. 2014. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/as-mulheres-a-psicologia-e-os-direitos-humanos-celebrando-os-52-anos-de-profissao-e-os-8-anos-da-lei-maria-da-penha/> Acesso em: 28 Mai. 2019.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER. Mapa da violência. 2018. Disponível em: https://pt.org.br/wp-content/uploads/2019/02/mapa-da-violencia_pagina-cmulher-compactado.pdf. Acesso em: 13 agosto. 2019.

CAMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais, Rev. Interinst. Psicol., Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul. 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&nrm=iso. acessos em 28 out. 2019.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade; SOUSA, Rita De Cássia Barbosa De. VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: DOR INVISÍVEL. In: V seminário Internacional Enlaçando Sexualidades 10 anos, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, p. 1-11, set. 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA2_ID848_19062017202106.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.

DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul, Porto Alegre, v. 25, supl. 1, p. 9-21, Apr. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400003&lng=en&nrm=iso>. Access on 28 Oct. 2019.

FERREIRA, Flavia do Carmo. DEL PRIORE, Mary. Histórias e Conversas de Mulher. História e Cultura, Franca, v.3, n.3, p. 381-384, dez. 2014. Dezembro 2014. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/285228090_DEL_PRIORE_Mary_Historias_e_Conversas_de_Mulher_Sao_Paulo_Planeta_do_Brasil_2013_303_p. Acesso em: 13 julho de 2019

FONSECA, Paula Martinez da; LUCAS, Taiane Nascimento Souza. Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Fundação Bahiana para o desenvolvimento das Ciências / Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador - Ba, 2006. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2019.

GOMES, Ingrid Raphaelle Rolim. A intenção feminina de permanecer em um relacionamento abusivo. 2018. 96p. Trabalho de conclusão de curso (Especialização), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/3223/1/A%20inten%C3%A7%C3%A3o%20feminina%20de%20permanecer%20em%20um%20relacionamento%20abusivo.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2019.

GOMES, Ingrid dRaphaelle Rolim; FERNANDES, Sheyla C. S. A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da teoria da ação planejada. Bol. - Acad. Paul. Psicol., São Paulo, v. 38, n. 94, p. 55-66, jan. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100006&lng=pt&nrm=iso. acesso em: 12 maio 2019.

IPEA. Retratos das desigualdades de gênero e raça. 4º ed. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 13. jun. 2019.

LEITE, Renata Macêdo; NORONHA, Rosangela. Morais Leite. A violência contra a mulher: herança histórica e reflexo das influências culturais e religiosas. Revista Direito & Dialogicidade. Crato, v.6, n.1, p. 15, 2015. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/DirDialog/article/download/959/787>. Acesso: 17 de Maio. 2019

LIMA, D. C; BUCHELE, F; CLÍMACO, D. A. Homens, gênero e violência contra a mulher. Scielo saúde e sociedade, 2018. Disponível em:

https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0104-12902008000200008&script=sci_arttext&tlang=pt Acessado em: 23 jul. 2019.

MONTEIRO, Fernanda Santos. O papel do psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica. 2012. 63p. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia), Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2593/3/20820746.pdf> Acesso em: 16 agosto de 2019.

OLIVEIRA, Francisca Moana A de., et al. Romantização do relacionamento abusivo, uma violência silenciosa: a ineficácia da lei maria da penha. ANAIS do IX Encontro de Pesquisa e Extensão da Faculdade Luciano Feijão, Sobral-CE, nov. 2016. Disponível em:https://flucianofeijao.com.br/novo/wp-content/uploads/2019/03/ROMANTIZACAO_DO_RELACIONAMENTO_ABUSIVO_U_MAVIOLENCIA_SILENCIOSA_A_INEFICACIA_DA_LEI_MARIA_DA_PENHA.pdf. Acesso em: 28 jul. 2019.

OPAS BRASIL. Folha informativa - Violência contra as mulheres. 2017. Disponível em:https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820. Acesso em: 10 abr. 2019.

RITT, Caroline Fockink; SIQUEIRA, Cláudia Taís; COSTA, Marli Marlene da. Violência cometida contra a mulher compreendida como violência de gênero. UFRGS, 2009. Disponível em:http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/artigo_violencide%20genero. Acesso em: 25 de out. 2019

RODRIGUES, Valéria Leoni. A importância da mulher. Disponível em:<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>. Acesso em: 19 maio de 2019.

SANT'ANA, Fernanda Silva; BISPO, Letícia Cavina. A construção social da desigualdade entre gêneros e suas influências familiares: um estudo da percepção de pais e mães acerca da educação dos filhos. 2017. 102p. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins, 2017. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/61030.pdf> Acesso em: 29. Mai. 2019.

SANTOS, Cecília MacDowell. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. Revista Crítica de Ciências Sociais, 153-170, junho, 2010. Disponível em:<https://journals.openedition.org/rccs/3759>. Acesso em: 28 julho de 2019.

SOUZA, Flavia Bello Costa de; DREZETT, Jefferson; MEIRELLES, Alcina de Cássia; RAMOS, Denise Gimenez. Aspectos psicológicos de mulheres que sofrem violência sexual. Reprodução & Climatério. Set – dez. 2012. Disponível em:<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S141320871300006X>. Acesso dia 27/07/19

TRINDADE, V. E. B. Lei Maria da Penha: violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito da polícia judiciária. III Mostra nacional de trabalho científico, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/Cleber%C3%A7on/Downloads/14576-11326-1-PB.pdf Acessado em: 23 jul. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA – MS. Mulher Brasileira: Cartilha Lei Maria da Penha. Mato Grosso do Sul: 3ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, 2017.

TEIXEIRA, Ana Carolina Gomes. Amor e dor: violência na vida conjugal de uma mulher. 2011. 71p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – universidade federal de rondônia, Porto Velho, 2011. Disponível em: <http://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/2000/1/7.%20Ana%20Carolina%20Gomes%20Teixeira.pdf>. Acesso em: 18 de jan. 2018